- XLVI -**AÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS NA REGULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO****Lilian Marques Freguete**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Brasil

lilian.freguete@hotmail.com**Rosenery Pimentel do Nascimento**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Brasil

rose@rosenerypim.com**Rodrigo Ferreira Rodrigues**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Brasil

rodrigo.rodrigues@ifes.edu.br**Introdução**

A regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), e do Regime de Colaboração (RC), que é instrumento essencial para o estabelecimento do SNE, têm sido matéria de debates e embates jurídico-políticos, em variadas esferas e instâncias, sendo tema de conferências nacionais da educação tais como: CONEB/2008; CONAE/2010; CONAE 2014, CONAE 2018, e sendo também objeto de importantes estudos (CURY, 2008; SAVIANI, 2010; ABICALI, 2009; ARAÚJO, 2013), sem alcançar uma definição jurídica sob os termos de uma Lei que formalize e defina a sua constituição. O presente trabalho é um estudo vinculado ao Grupo de Pesquisa “Federalismo e Políticas Educacionais”¹, e tem como principal objetivo o acompanhamento e a análise dos percursos e trâmites das proposições que objetivam a regulamentação do SNE. Para este fim, valemo-nos metodologicamente da sociologia compreensiva de Weber (2004), buscando distinguir as ações dos agentes que interagem nesse processo, assim como compreender as relações e ações sociais por eles ensejadas, e suas implicações.

A demanda pela regulamentação do SNE e do RC remonta da promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 23 e mais especificamente para a educação, no Art.211. A Emenda Constitucional 59/2009, altera o artigo 214 da CF e determina sobre a criação do SNE e do Plano Nacional de Educação – PNE, criado sob a Lei 13.005/2014, e que no seu Art. 13, estratégia 20.9,

¹ Estudo vinculado ao projeto aprovado pelo CNPQ- Processo de nº 427959/2016-0: “Regulamentação e implementação do Sistema Nacional de Educação no Brasil: relações intergovernamentais para a garantia do direito à educação”, do Grupo de pesquisa “Federalismo e Políticas Educacionais” da Universidade Federal do Espírito Santo, e coordenado pela Profª Drª. Gilda Cardoso de Araújo.

determinou o prazo de dois anos, a partir de sua promulgação, para a articulação do SNE em Regime de Colaboração. Tal prazo se extinguiu em 2016, sem o cumprimento desta determinação, o que revela as disputas quanto ao conteúdo que pode assumir o SNE e o risco de aprovar uma Lei sem efetividade.

O Brasil, após sua redemocratização ocorrida na década de 1980, vivenciou uma descentralização da educação básica, ficando o ente municipal responsável pela maior parte desta obrigatoriedade. Tal medida agravou a desigualdade social na oferta da educação, dada a disparidade entre os municípios. A regulamentação do RC e do SNE favorecerá para que essas discrepâncias sejam minimizadas.

Revisão bibliográfica

Para revisarmos a produção acadêmica sobre o tema, buscamos através dos descritores “Sistema Nacional de Educação” e “Regime de Colaboração” no Banco de Teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Também foram levantadas as publicações inscritas nos anais dos eventos do Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional (GT-05) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) realizados no mesmo período. Por fim, buscamos também as publicações inscritas na Plataforma Scielo. Todos os levantamentos foram feitos no recorte de tempo a partir do ano de 2009, por ser este o ano da promulgação da Emenda Constitucional 59/2009, até o ano de 2017.

Após a triagem dos trabalhos que realmente dialogavam com o objeto de estudo, foram criadas quatro categorias para a análise, quais sejam: 1) Relações Intergovernamentais; 2) Plano de Ações Articuladas- PAR; 3) Financiamento; e 4) Programas. Os trabalhos, em sua maioria, demarcam uma política de indução por parte do Governo Central, através da vinculação de financiamento a adesão a Programas e ações administrativas, que via de regra, são elaboradas unilateralmente. Muitas dessas ações ocorrem de forma verticalizada diretamente do Governo Central para com os municípios. As ações mais apontam para uma postura de indução e, no melhor dos casos, de coordenação por parte do governo federal. Os entes subnacionais (principalmente os municípios) se submetem pela recorrente necessidade de fomento financeiro.

Tramitação de projetos

Concomitante ao levantamento bibliográfico, a pesquisa também acompanha os Projetos de Lei que tramitam visando a regulação do SNE e do RC. Focamos aqui na apreciação das propostas apresentadas ao legislativo após a EC 59/2009.

Em 2011, foi submetido na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei complementar PLP 15/2011, do Deputado Felipe Bornier (PHS/RJ), que teve como última ação a relatoria do Deputado Glauber Braga na Comissão de Educação ocorrida no dia 17/03/2015. Após este, o Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) submeteu o PL 5.519/2013, porém este foi apensado ao PL 2.417/2011 que dispõe sobre os Arranjos de Desenvolvimento da Educação², pautados na racionalidade econômica, ganhando espaços cada vez mais institucionalizados, indicados como sinônimos do RC.

Na sequência foi apresentado o PLP 413/2014 do Deputado Ságuas Moraes (PT/MT) que, após ser amplamente debatido pela Comissão de Educação teve em 22/12/2017 o parecer do relator pela aprovação, Dep. Glauber Rocha (PSOL-RJ).

Porém apensado do substitutivo PLP 448/2017, de autoria do Deputado Giuseppe Vecci do (PSDB/GO), e que se encontra no momento em apreciação pela Comissão de Educação.

Analisando-se os textos e as tramitações das propostas, pode-se perceber um embate de diferentes forças políticas, cujos interesses primordiais nem sempre coadunam com os da oferta de uma educação de qualidade numa gestão democrática, nada contribuindo para o avanço no processo de regulamentação do SNE. Dentre as quais podemos destacar:

- Falta de clareza com relação à definição do SNE, e redução do termo à sua estrutura e a articulação dos sistemas;
- Reforça o caráter territorial com a criação de instâncias microrregionais municipais de educação, atuando sob a forma de ADEs;
- Incentivo ao desenvolvimento local, competitividade e protagonismo da gestão;
- Supressão da atuação de instâncias de pactuação federativa, à exemplo da Secretaria de Articulação de Sistemas de Ensino (SASE), por grupo técnico de apoio;

² Conforme Resolução N.1 de 23 de janeiro de 2012, o ADE é uma forma de colaboração horizontal instituída entre os entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.

Considerações finais

A constituição do SNE e a regulamentação do RC se constituem talvez na mais urgente das necessidades no campo da educação brasileira. Isso se confirma pela centralidade que o tema tem ocupado nas várias esferas e instâncias de debates. Sua instituição implica na melhoria da oferta da educação, na medida em que através do RC, sejam pactuadas ações e projetos em que possam ser compartilhados avanços, tecnologia, infraestrutura e formação de profissionais da educação, entre outras possibilidades. Também poderá ser regularizada a ação supletiva e redistributiva da União, trazendo equidade na oferta da educação para todos os entes, independente de sua localização e perfil socioeconômico. Porém, devido a embates e divergências, o processo pena no limbo das elucubrações políticas.

Referências

ABICALIL, C.A. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Brasília, DF: MEC, 2009. p. 75-100.

ARAÚJO, G. C. **Federalismo e políticas educacionais no Brasil**: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração. Educação & Sociedade. Campinas, v. 34, n. 124, Set., 2013.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 15**, de 22 de fevereiro de 2011. Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.519**, de 07 de maio de 2013. Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 413**, de 27 de julho de 2014. Brasília, DF.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 448**, de 23 de novembro de 2017. Brasília, DF.

CURY, C.R.J. **Sistema Nacional de Educação**: desafio para uma educação igualitária e federativa. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. Revista Brasileira de Educação, 2010. Acesso em 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://sociales.redalyc.org/articulo.oa?id=27518764013>.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial/ Editora UnB, 2004. (Textos selecionados volume 1).